O PS diz NÃ£o Ã TransparÃªncia e ao Rigor !

02-Nov-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da GraÃ§a M. Pinto

Â

Nas Ãºltimas dÃ©cadas tÃªm-se intensificado, em Portugal, os sinais de descrenÃ§aÂ na gestÃ£o da res publica. Esta crise de confianÃ§a deve-se, em grande medida, ao factoÂ de osÂ Â sucessivosÂ aumentos de impostosÂ â€œcegosâ€•Â Â Â nÃ como contrapartida o prometidoÂ fim da espiral da crise. Ao contrÃ¡rio, a mÃ¡ gestÃ£o dos recursos pÃºblicos , o favorecimento de interesses instalados, a faltaÂ de transparÃªncia eÂ asÂ gritantes desigualdades na distribuiÃ§Ã£o da riqueza tÃªm arrastado o paÃ-s para sucessivas crises financeiras e econÃ³micasÂ com a consequente degradaÃ§Ã£o da qualidade de vida dos portugueses.

Â NÃ£o deixa de ser curiosoÂ o facto de dirigentes partidÃ¡rios de forÃ§as polÃ-ticas que contribuÃ-ramÂ para este estado de coisas virem, agora,Â pÃ´r em causa a Sustentabilidade do Estado Social eÂ apresentar como soluÃ§Ã£o, ainda que de forma encapotada,Â a sua transformaÃ§Ã£o num Estado MÃ-nimo.

Ao contrÃ¡rio, consideramosÂ que o Estado nÃ£o pode demitir-se das obrigaÃ§Ãµes para com os seus cidadÃ£os e esquivar-se aoÂ pagamento de uma enorme dÃ-vida social, para o que Ã© necessÃ¡rioÂ acabar de vez com o desperdÃ-cioÂ Â e adoptarÂ Â prÃ¡ticas orÃ§amentaisÂ pautadas pela equidade,Â rigor e transparÃªncia.Â

Â

Foi por isso que o Bloco de Esquerda apresentou a proposta de projecto de LeiÂ que consagra a OrÃ§amentaÃ§Ã£o de Base 0 para 2012 , aprovada no dia 29 de Outubro, na Assembleia da RepÃºblica. O projecto de lei teve os votos favorÃ¡veis do Bloco, do PSD e dos Verdes, a abstenÃ§Ã£o do Partido Comunista e do CDS-PP, e os votos contra do Partido Socialista.

A transparÃªncia orÃ§amental, oÂ combate ao despesismoÂ nos serviÃ§os e empresas pÃºblicas e a adequaÃ§Ã£o dos serviÃ§osÂ Ã s necessidades dos cidadÃ£os constituem osÂ pilares em que assenta o projecto de lei. AÂ pertinÃªncia destes objectivosÂ Â Â explicou o voto favorÃ¡velÂ Â da maioria dos deputados,Â mas nÃ£oÂ entusiasmou osÂ socialistas, que votaram, sozinhos, contra a proposta!

O OrÃ§amento de BaseÂ Zero obriga os serviÃ§os do Estado, as empresas pÃºblicas e as entidades financiadas pelo orÃ§amento a justificar as despesas previstas em funÃ§Ã£o de um programa de actividades a desenvolver. As propostas de orÃ§amento deixam, assim, de ter como referÃªncia as contas do ano anterior e tÃªm que se pautar pelo rigor e transparÃªncia.

A metodologia actualmente em vigor, acarreta prÃ¡ticas como a corrida Ã despesa inÃºtil no final de cada ano, para evitar baixar o orÃ§amento para o ano seguinte. O plano de aquisiÃ§Ã£o de 400 viaturas numa empresa pÃºblica constitui um exemplo paradigmÃ¡tico.

Num momento deÂ grave crise financeira e social eÂ deÂ generalizada desconfianÃ§a nas contas pÃºblicas oÂ recurso prÃ¡ticas deste tipo assume particular gravidade e compromete o necessÃ¡rio investimentoÂ naÂ qualidade dos serviÃ§os pÃºblicos,Â fundamental Ã defesa da sustentabilidade do Estado Social.

A escolha era clara â€“ promover a transparÃªnciaÂ e a qualidade nos serviÃ§os pÃºblicos, ou apostar naÂ persistÃªnciaÂ deÂ Â Â prÃ¡ticasÂ opacas deÂ desperdÃ-cio e favorecimento - e

oÂ PS terÃ¡, certamente, muita dificuldade emÂ convencer o PaÃ-sÂ da bondade doÂ seu voto!Â Â Â